

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA**

ANDRESA ROSA PAIVA

**VIVER NA INFORMALIDADE URBANA:**

A experiência de cidade dos moradores da ocupação Jardim Conquista,  
Cachoeirinha/RS

Porto Alegre  
2021

ANDRESA ROSA PAIVA

**VIVER NA INFORMALIDADE URBANA:**

A experiência de cidade dos moradores da ocupação Jardim Conquista,  
Cachoeirinha/RS

Trabalho de Conclusão de Curso  
submetido ao Instituto de Filosofia e  
Ciências Humanas da Universidade  
Federal do Rio Grande do Sul, como  
requisito parcial à obtenção do título de  
bacharel em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Almeida de Magalhães

Porto Alegre  
2021

ANDRESA ROSA PAIVA

**VIVER NA INFORMALIDADE URBANA:**

A experiência de cidade dos moradores da ocupação Jardim Conquista,  
Cachoeirinha/RS

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi analisado e julgado adequado para a obtenção do título de bacharela em Ciências Sociais e aprovado em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora designada pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Aprovada em: \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof. Dr. Alexandre Almeida de Magalhães (Orientador)  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

Marcelo Kunrath da Silva  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

Guilherme Francisco Waterloo Radomsky  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

À memória da minha mãe, Marilei Rosa Paiva, e a todas as moradoras e moradores de periferia, que diariamente resistem às mazelas sociais e transformam o barro em seus lugares de moradia.

## **AGRADECIMENTOS**

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul, às equipes diretivas, todos os servidores, técnicos administrativos, docentes e terceirizadas que fazem da UFRGS uma das melhores universidades públicas do país.

Ao Partido dos Trabalhadores e ao sempre presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que acreditaram na educação brasileira e criaram condições e políticas públicas para que tantas meninas e meninos desse Brasil, filhas e filhos de empregada doméstica, como eu, pudessem acessar o Ensino Superior e terem suas vidas transformadas.

Aos meus interlocutores, Adriana, Andreia, Ceceu e meu pai, que foram grandes colaboradores deste trabalho.

Aos meus professores, em especial, ao meu orientador Alexandre Almeida de Magalhães pela orientação dedicada e paciente que teve comigo. À professora Vanessa Marx, pelas oportunidades acadêmicas em bolsas de iniciação científica e no GPSUIC. Ao professor Jose Carlos Gomes dos Anjos, pela sempre tentativa de expandir os nossos conhecimentos e nos incentivar a fazer da sociologia uma ferramenta de luta social. À professora Jennifer Azambuja de Moraes, pelas melhores aulas de Ciência Política e por fazer da docência um espaço de acolhimento.

Ao Programa de Educação Tutorial - PET Ciências Sociais por tantas trocas e vivências. Ao ILEA pela oportunidade de bolsa, tão necessária para a minha permanência na universidade.

À memória da minha mãe, que foi motivo de força para que eu pudesse fazer dela, outra mãe, mulher, pobre e trabalhadora, com filha formada em Universidade Pública. Ao meu pai, pela paciência nos meus momentos de irritação e à toda liberdade que sempre me deu para eu fazer o que eu quisesse.

E por fim, mas não menos importante, à Isadora Librenza, a quem eu devo meus agradecimentos por ter me incentivado a entrar e permanecer na UFRGS e por ter sido, por tanto tempo, as minhas palavras de incentivo, troca e cuidado nos retornos diários das aulas à noite e em muitas vezes em dias de chuva.

## RESUMO

Este trabalho é um estudo sociológico em fase preliminar que aborda a experiência de cidade dos moradores da ocupação Jardim Conquista em habitar na informalidade, sob um processo de reintegração de posse e em condições precárias de vida. Os percursos metodológicos que orientaram este trabalho foram a combinação de diferentes fontes, como entrevistas semi estruturadas, documentos, notícias em jornais e minha própria experiência em habitar e circular pelo território. A partir da colaboração dos meus interlocutores, busquei refletir nesse estudo sobre aspectos que atravessam a experiência em habitar na informalidade, como a percepção de “ausência” do Estado, a utilização de práticas informais de acesso a recursos, a autoconstrução da casa própria, a permanência do fantasma do despejo e a percepção de que certas coisas só aparecem em “época de política”.

**Palavras-chave:** Informalidade urbana. Habitação informal. Urbanização diferida. Precariedade.

## ABSTRACT

This work is a preliminary sociological study that addresses the city experience of the inhabitants of the occupation Jardim Conquista about living in informality, under a process of repossession and in precarious conditions of life. The methodological paths that guided this work were the combination of different sources, such as semi-structured interviews, documents, news in newspapers and my own experience in inhabiting and circulating through the territory. From the collaboration of my interlocutors, I sought to reflect in this study on aspects that permeate the experience of living in informality, such as perception of "absence" of the State, the use of informal practices of access to resources, the self-construction of their own house, the permanence of the ghost of eviction and the perception that certain things only appear in "politics time".

**Keywords:** Urban informality. Informal housing. Deferred urbanization. Precariousness.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Imagem aérea da ocupação Jardim Conquista atualmente.....	14
Figura 2: Rua Brasil Aquino Pedroso.....	17
Figura 3: Área consolidada, mas sob processo de reintegração de posse. Rua Portugal esquina com a Rua I.....	18
Figura 4: Divisa da Rua 4 com o muro do IRGA.....	19
Figura 5: Ligações informais de água no final da Rua 4.....	20
Figura 6: Onde termina o asfalto na Rua 4 a precariedade é mais percebida.....	21
Figura 7: Parte asfaltada com maior distribuição de bens se serviços.....	22
Figura 8: Ruas passam debaixo das torres de alta tensão no final da Rua 4.....	23
Figura 9: Linha do tempo do processo de reintegração de posse.....	38
Figura 10: Apoio da escola pública durante mobilização da comunidade contra ameaça de despejo.....	39
Figura 11: Delimitação do bairro Jardim Conquista.....	40

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>10</b>
<b>1. A OCUPAÇÃO JARDIM CONQUISTA</b>	<b>14</b>
1.1 A urbanização diferida: o asfalto, o miolo e a Rua 4	16
1.2 Da ocupação à consolidação	25
1.3 “Os barraquinhos foram sumindo e as casinhas foram se erguendo”	26
<b>2. “ATÉ QUANDO EU VOU COMER TERRA?”</b>	<b>30</b>
2.1 A noção de “ausência” do Estado	32
2.3 A produção da informalidade	34
<b>3. INSEGURANÇA DE POSSE: O PROCESSO JUDICIAL DE REINTEGRAÇÃO</b>	<b>38</b>
3.1 “Se eles dizem que a gente aqui no asfalto sai, imagina lá para baixo?” - insegurança de posse	42
3.2 A autoconstrução da casa atravessada pela insegurança	44
3.3 Possibilidade de despejo e o desejo da posse	46
3.4 “Isso só aparece em época de política”	48
<b>CONSIDERAÇÕES</b>	<b>52</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>54</b>

## INTRODUÇÃO

Pretendo neste trabalho refletir, investigar e fazer uma contribuição, ainda que modesta, acerca da experiência em habitar na informalidade sob processo de reintegração de posse e em condições precárias de vida. O campo de análise escolhido é a ocupação urbana Jardim Conquista, localizada em Cachoeirinha, no Rio Grande do Sul.

As produções acadêmicas que trabalham com o tema da habitação no Brasil pautam em linhas gerais sobre a produção do espaço urbano, as políticas públicas de habitação, pobreza e o fenômeno da segregação urbana orientadas pela lógica do consumo - incluindo questões como déficit, má qualidade, carência, formas de ocupação do espaço, por exemplo.

Essas produções acadêmicas, importantíssimas para a construção do conhecimento sobre habitação no país, debatem, contudo, sobre as grandes metrópoles brasileiras. Assim, ao escolher trabalhar com uma cidade de porte médio pertencente a área metropolitana de Porto Alegre, com uma ocupação urbana pouco ou nada conhecida pela grande mídia e nenhuma outra vez trabalhada em produções acadêmicas, acredito contribuir com a produção do conhecimento sobre habitação no Brasil, mais especificamente sobre a informalidade urbana, privilegiando as narrativas dos próprios sujeitos que vivem essa realidade.

A ocupação em questão, iniciada nos anos 2000 com a instalação de alguns barracos temporários de moradia, tem hoje cerca de 21 anos e aproximadamente 1.500 famílias habitantes. O Jardim Conquista possui um território fragmentado, com diferentes situações de posse e urbanização. Para o recorte de campo de estudo, escolhi a área que sofre processo de reintegração de posse movido pelo Estado do Rio Grande do Sul. Esta área, que tem uma ação judicial em curso desde 2007, compreende a maior parte do território ocupado atualmente. São em torno de 1.300 famílias vivendo em situação de informalidade sob o fantasma da remoção.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Há uma indefinição exata da quantidade de famílias residentes no Jardim Conquista. Eu não encontrei dados oficiais que mencionem exatamente a quantidade de famílias que residem no bairro. Citei cerca de 1.500 pois na mídia local há citações de 1.300 famílias que sofrem processo de reintegração, além das 143 famílias que passam por processo de regularização junto à Prefeitura.

Antes de mais nada, preciso justificar para você, leitora ou leitor, que o universo empírico desta pesquisa compreende a minha própria trajetória. Minha família foi uma das primeiras a fazer parte do processo de ocupação no Jardim Conquista. Eu tinha, na época, seis anos quando eles vieram para a região. Minha história de vida é marcada por habitar em uma ocupação urbana, área pobre da cidade, com limitada urbanização e em conflito envolvendo a posse da terra. Na graduação, essa experiência de vida sempre orientou meus interesses em escolhas de disciplinas acadêmicas ou temas de trabalho. Essa vivência, que mesclou a prática em habitar na informalidade e o interesse em estudar sobre o direito à cidade ou as condições de habitação da população pobre no Brasil, também levaram a uma militância comunitária nos últimos anos<sup>2</sup>.

Desta forma, tracei como objetivo principal deste trabalho compreender como os moradores do Jardim Conquista, especialmente aqueles que estão sob processo de reintegração de posse, vivem em meio às incertezas e precariedades em habitar no Jardim Conquista. Incertezas e precariedades estas que se sobrepõem e vão ditando os ritmos da vida cotidiana de cada um.

Os percursos metodológicos que orientaram este trabalho incluem a realização de quatro entrevistas semiestruturadas com moradores que participaram do processo de ocupação em diferentes momentos e que habitam em regiões distintas do bairro, assim como análises documentais do processo de reintegração de posse utilizando imagens que ilustram o território, notícias em jornais online da cidade e a minha própria experiência em circular e habitar no território.

A escolha por realizar entrevistas foi essencial para esta pesquisa, cujo foco é compreender<sup>3</sup> a partir dos próprios moradores a experiência de cidade de cada um. Conhecer previamente meus interlocutores facilitou esse processo. Entrevistei

---

<sup>2</sup> Construo desde a última ameaça de despejo em 2017, junto com outros moradores e simpatizantes do bairro, uma frente de luta em defesa das moradias do Jardim Conquista. Utilizo uma página do facebook ([facebook.com/frentejardimconquista](https://www.facebook.com/frentejardimconquista)) para compartilhar notícias que envolvam o processo de reintegração de posse e facilitar as mobilizações populares, como também ocorreu no mesmo ano, conforme detalho melhor no decorrer deste trabalho.

<sup>3</sup> Compreendo, contudo, que a minha pesquisa privilegia a perspectiva dos entrevistados, e que por isso, não trata-se de “revelar” a verdade sobre a constituição do território, mas de compreendê-la a partir dos próprios moradores.

quatro moradores<sup>4</sup> e usei como critério de escolha de cada participante a paridade de gênero, tempo como habitante do Jardim Conquista e também localidade na ocupação em que cada um reside.

A utilização do documento do processo de reintegração de posse também foi fundamental para compreender o andamento do processo e desenhar a linha de tempo das ameaças de despejo (figura 11, p. 40). Ao longo do texto também cito algumas matérias de jornais locais, visto que estas pautaram ao longo do tempo as mobilizações em torno do processo de reintegração de posse.

Na descrição do território, escolhi utilizar imagens como um suporte da própria descrição, pois acredito que ajudam a visualizar os aspectos que debato ao longo do texto.

Para conseguir apontamentos que procurassem dialogar com a minha pergunta geral (“como os moradores do Jardim Conquista, especialmente aqueles que vivem sob processo de reintegração de posse, vivem em meio às incertezas e precariedades?”), lancei mão das estratégias de Durham (1989) em trabalhar com meus interlocutores, fazendo-lhes perguntas no nível do vivido.

É necessário, entretanto, indicar que essas representações a respeito da cidade são, em geral, muito sintéticas e tendem a se resumir em uma ou duas frases com poucas palavras. Ao contrário, quando o discurso se transfere da cidade para o nível mais concreto do bairro, da casa, das perspectivas ocupacionais dos informantes, amplia-se e se enriquece. É ao nível do vivido, das condições específicas de moradia e trabalho que as avaliações da cidade adquirem seu sentido próprio como orientação de vida e projeto de ascensão social. (DURHAM, 1989, p. 4)

O quadro analítico-teórico deste trabalho de conclusão de curso se articula a partir de três conceitos principais: precariedades (BUTLER, 2018), urbanização diferida (CORTADO, 2018) e informalidade (GONÇALVES; BAUTÈS; MANEIRO, 2018 e GONÇALVES, 2018).

Para pensar as condições de vida a que estão submetidos os moradores da ocupação Jardim Conquista, em especial os meus interlocutores, compreendo que o conceito de precariedade descrito por Judith Butler é fundamental para compreender o contexto de vulnerabilidade em que estão inseridos. Precariedade, segundo a

---

<sup>4</sup> Todas as entrevistas aconteceram na residência dos meus interlocutores e duraram aproximadamente uma hora e aconteceram entre os dias 21 de setembro e 11 de outubro. Utilizei o recurso do gravador, com o consentimento de todos, para facilitar o processo de transcrição.

autora, é uma condição politicamente construída através da qual determinadas populações são induzidas e expostas a contextos de violência, perigo, enfermidades, migração forçada, pobreza ou morte (BUTLER, 2018).

O Jardim Conquista possui diferentes situações de moradia, acesso à infraestrutura e situação de posse. Assim, para compreender melhor a fragmentação do território, precisei mobilizar o conceito de urbanização diferida como um “constante atraso da urbanização em um loteamento irregular” de Thomas Cortado (2018).

Da mesma forma, foi importante mobilizar o conceito de informalidade para compreender a situação que determina a produção do território e as experiências dos moradores em habitar nesse espaço. A informalidade, segundo Gonçalves, Bautès e Maneiro (2018) faz parte da produção do próprio Estado, que muitas vezes produz, desenvolve e consolida as ocupações. Além disso, também tem um caráter de função social, pois se torna a forma com que os moradores pobres acessam a cidade.

De forma complementar, ao longo do texto acionarei as seguintes noções: ilegalismos (TELLES, 2010), insegurança de posse e consolidação das periferias (ROLNIK, 2019), ausência do Estado (ROLNIK, 2019 e CORTADO, 2018), produção do espaço urbano (ROSA, 2014), distanciamento do Estado com ocupações informais (LOBOSCO) e a prática de clientelismo nas periferias (ROLNIK, 2019) e (ALMEIDA; D’ANDREIA; DE LUCCA, 2008).

Este trabalho foi estruturado da seguinte maneira: na introdução apresento o campo de análise, o tema, a justificativa e os percursos metodológicos, onde apresento o objetivo e a problemática geral, discorrendo, sucintamente, sobre os principais conceitos que orientaram esta pesquisa e apresentando as noções mobilizadas de forma complementar.

No capítulo 1, apresento a ocupação Jardim Conquista, mobilizando as entrevistas realizadas com os meus interlocutores faço um breve relato histórico do processo de ocupação. Além disso, abordo o processo de consolidação do bairro, trabalhando com o conceito de urbanização diferida.

No capítulo 2, trabalho com a noção de “ausência” do Estado e faço uma reflexão sobre a informalidade urbana.

No capítulo 3, apresento o processo judicial de reintegração de posse mobilizando as entrevistas com os meus interlocutores. Essas entrevistas, levantam o debate, de forma sucinta, sobre a construção da casa própria atravessada pelo fantasma da remoção, sobre a possibilidade de despejo e a visão dos meus interlocutores de que tanto serviços de infraestrutura urbana quanto o debate acerca do processo de reintegração de posse só acontecem em “época de política”.

Por fim, nas considerações, trago novamente algumas reflexões importantes que esta pesquisa me possibilitou refletir.

## **1. A OCUPAÇÃO JARDIM CONQUISTA**

Para quem vem de Porto Alegre, passando pela ponte que faz divisa dos municípios, logo chega ao centro de Cachoeirinha. É lá que se concentra grande parte dos comércios, dos bares e lancherias, pontos de ônibus, bancos e instituições públicas. É possível resolver grande parte das burocracias cotidianas a pé por ali.

Por se tratar da região central da cidade, com ampla infraestrutura pública e acesso a serviços, os bairros mais próximos compreendem as regiões com o metro quadrado mais caro da cidade. Por outro lado, basta uma caminhada de dez ou quinze minutos partindo de algum ponto da região central que chega à ocupação Jardim Conquista.

O Jardim Conquista trata-se de uma ocupação urbana que começou por volta dos anos 2000<sup>5</sup> com a instalação de alguns barracos temporários de moradia, onde hoje após mais de vinte anos de ocupação residem cerca de 1.500 famílias. A região, que compreende partes de propriedade do governo do Estado e partes do Município, embora com propriedades definidas, não cumpria nenhuma função social na época da “invasão”, segundo os interlocutores, o que se tinha era um lamaçal que se confundia com a plantação do Instituto Rio Grandense de Arroz (IRGA).

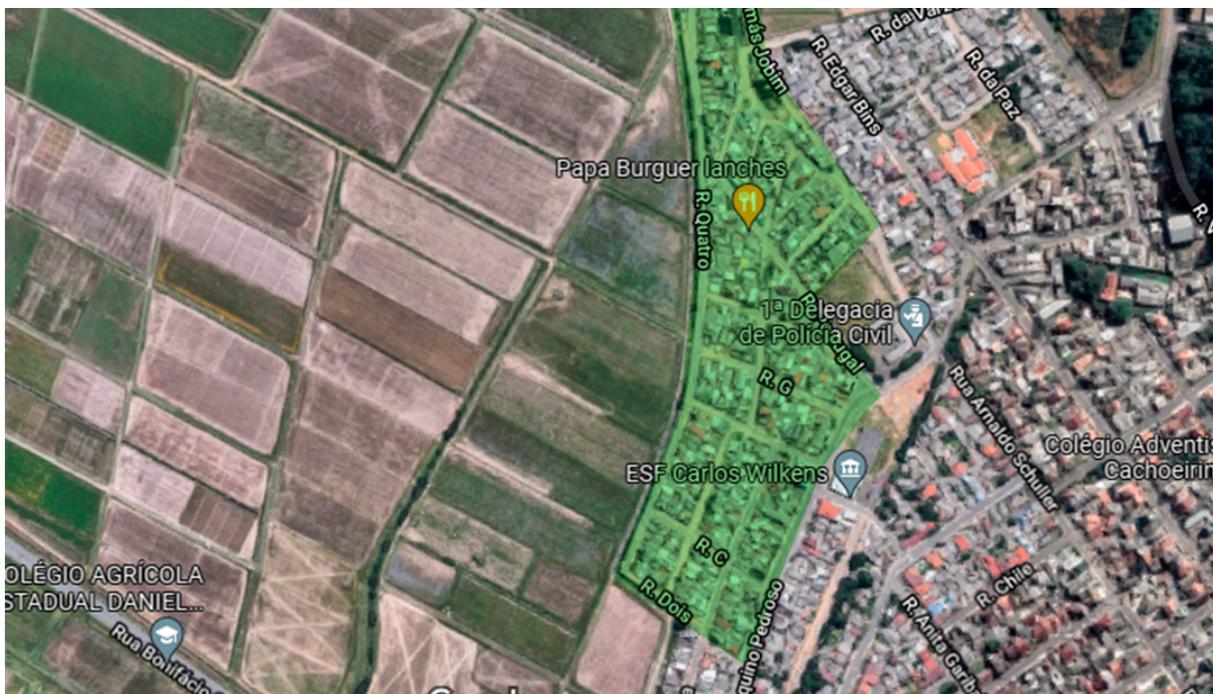
A ocupação, seguindo os relatos dos antigos moradores, foi crescendo pouco a pouco com o suor e o trabalho coletivo dos próprios ocupantes, que ajudavam um

---

<sup>5</sup> Não encontrei nenhum registro da data exata do início da ocupação. Segundo meu interlocutor Josenir, ela se deu a partir de outubro dos anos 2000.

ou outro na autoconstrução das suas casas, na instalação de redes de saneamento, energia elétrica e pavimentação das ruas.

Figura 1: Imagem aérea da ocupação Jardim Conquista atualmente.



**Imagem aérea da ocupação Jardim Conquista atualmente, outubro de 2021.  
Fonte: Google Imagens.**

Posteriormente, através da organização de algumas lideranças comunitárias e Associação de Moradores, boa parte do bairro também foi recebendo ao longo dos anos investidas obras de urbanização do Município de Cachoeirinha, que asfaltou algumas ruas através do Orçamento Participativo, colocou iluminação pública, rede de esgoto nas principais ruas, instalou posto de saúde na comunidade, construiu praça de lazer, etc. Essas obras não foram realizadas apenas na área de propriedade do Município, mas também na parte pertencente ao governo do Estado. Todas essas construções, tanto por parte do Estado quanto dos próprios moradores, levaram, ao longo do tempo, à consolidação de grande parte do bairro.

Embora boa parte da região já seja consolidada, chamo de “ocupação” Jardim Conquista, ao longo deste trabalho, quando me refiro à área de meu interesse nesta pesquisa. Mesmo que o ato de ocupação das terras pelos moradores tenha se dado há pelo menos 20 anos, denomino ocupação por se tratar de uma região ocupada

de maneira informal, sem autorização e em desconformidade com normas e leis de propriedade da terra e de regulação do solo.

Porém, também priorizei utilizar ao longo deste trabalho, as classificações de “bairro” e “vila”, que percebi serem bastante utilizadas pelos próprios moradores e em especial pelos meus interlocutores.

Compreendo, contudo, que essas classificações denotam sentidos diferentes, principalmente quando nomeadas pelo Poder Público ou pela mídia. Segundo Rolnik em “Guerra dos Lugares” (2019),

São muitas as palavras que **nomeiam essa situação no contexto urbano: favelas, assentamentos irregulares, assentamentos informais, slums.** Como veremos adiante, as **formas de nomear não são inocentes** e procuram definir uma situação de alteridade em relação à ordem jurídico-urbanística dominante, representando uma multiplicidade de casos muito distintos. Porém, podemos afirmar que, pelo menos no mundo urbano, esses espaços são marcados pela precariedade habitacional e por ambiguidades em relação à posse. (ROLNIK, 2019, p. 146)

Para a urbanista, a própria condição de posse, permanência ou transitoriedade trata-se de uma questão de noção e experiência. Essas noções, enraizadas em diferentes contextos - políticos, jurídicos, sociais ou culturais - produzem uma dificuldade de definição (ROLNIK, 2019). Desta maneira, como já afirmado, utilizarei o termo ocupação para me referir à região ocupada de maneira informal, sem autorização e sob processo de reintegração de posse.

### 1.1 A urbanização diferida: o asfalto, o miolo e a Rua 4<sup>6</sup>

Há, no Jardim Conquista, pelo menos três situações distintas de ocupação e moradia, que se distinguem em relação à urbanização, a propriedade das terras e ausência ou presença de conflito envolvendo a posse.

Thomas Cortado (2018), em “A beira da cidade”, trabalha com o conceito de urbanização diferida como um “constante atraso da urbanização em um loteamento

---

<sup>6</sup> Tanto a classificação “no asfalto” quanto a “Rua 4” são comumente utilizadas pelos próprios moradores. Já a classificação “miolo” faz referência a citação do meu interlocutor Josenir, pois não há, dentro do bairro, alguma denominação para classificar essa região mais central do bairro.

irregular” (CORTADO, 2018, p.15), acompanhado de uma diferenciação dos espaços internos ao loteamento.

Ademais, uma das principais características da urbanização diferida, a urbanização de diferentes localidades em diferentes momentos, leva a uma apreciação espontaneamente divergente do progresso: enquanto alguns, como no Asfalto, pedem por uma praça ou para refazer a rede de esgoto, outros, como nas Casinhas, ainda lutam para conseguir o asfalto. Daí uma tendência à partição do loteamento em áreas, cada uma com suas lideranças comunitárias. (CORTADO, 2018, p. 495)

Além do conceito de urbanização diferida, Cortado traz a noção de “periferia consolidada” e “hiperperiferia”, conceitos forjados por Torres e Marques (2011) para caracterizar as diferenças de regiões.

Ao lado da “periferia consolidada”, com melhor inserção na malha urbana e maior acesso às infraestruturas urbanas, ocupada por uma população pobre porém com acesso à sociedade de consumo (TORRES, BICHIR & CARPIM, 2006), existia uma verdadeira “hiperperiferia”, conceito forjado por Torres e Marques em 2001 para caracterizar *“aquelas áreas de periferia que, ao lado das características mais típicas destes locais – pior acesso à infraestrutura, menor renda da população, maiores percursos para o trabalho, etc. –, apresentam condições adicionais de exclusão urbana”*, como uma maior vulnerabilidade ambiental (TORRES & MARQUES, 2001, p. 52, apud CORTADO p 74)

Parto desses conceitos para compreender a fragmentação envolvendo as diferentes realidades presentes no Jardim Conquista, sendo assim, acredito que antes é preciso diferenciá-las, classificando-as:

**“No asfalto”**: área municipal de ocupação urbana com início nos anos 2000, localizada na região onde se encontram os acessos de entrada e saída do bairro em direção ao centro da cidade. Também é nesta localidade que passa a rua principal, conhecida como rua Brasil Aquino Pedroso, a qual faz divisa com outros dois bairros populares da região (Vila da Paz e Jardim Vitória). É nesta rua que se concentra a maior quantidade de comércios do bairro, como ferragem, padarias, mercados e lancherias. Além disso, também é na rua Brasil Aquino Pedroso que possui instalações públicas como posto de saúde, delegacia civil de polícia e a praça central do bairro.

Figura 2: Rua Brasil Aquino Pedroso.



Foto: Autoria própria (21 de novembro de 2021).

Hoje as casas são em sua maioria de alvenaria, com algumas poucas casas de madeira em bom estado. Esta região, que é pequena em comparação a totalidade do bairro, está em processo de regularização fundiária de um total de 147 lotes, correspondendo a 150 famílias<sup>7</sup>.

**Miolo:** área de propriedade Estadual, informal, consolidada e localizada mais ao centro do bairro, compreendendo uma quantidade maior de quadras, travessas e moradias. Estima-se que nessa região vivem aproximadamente 1300 famílias. Esta localidade, que também passou a ser ocupada aproximadamente no mesmo período da anterior, possui algumas características que se assemelham e que também se distinguem em comparação a área municipal.

---

<sup>7</sup> Informação disponível em:

<https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/cidades/at%C3%A9-o-final-do-ano-mais-147-fam%C3%ADlias-ter%C3%A3o-as-moradias-regularizadas-em-cachoeirinha-1.274219>

A maior parte das casas são de alvenaria e algumas outras de madeira. Diferentemente da região “no asfalto”, aqui é mais fácil encontrar moradias mais precárias, principalmente nos limites do bairro. As quadras já são mais irregulares, os pequenos comércios não se concentram mais em uma localidade só e a pavimentação das ruas diferem, com saibro, barro e em menor parte asfaltas.

Figura 3: Área consolidada, mas sob processo de reintegração de posse. Rua Portugal esquina com a Rua I.



Foto: Aatoria própria (21 de novembro de 2021).

Essa região é alvo de um processo de reintegração de posse movido pelo Estado do Rio Grande do Sul desde 2007, onde já ocorreram algumas ameaças de despejo.<sup>8</sup> Este processo passou a ser um marcador territorial e social do bairro, no qual fez com que algumas famílias vendessem a sua moradia e comprasse algumas

---

<sup>8</sup> Mais precisamente em 2013 e em 2017, conforme detalho melhor no decorrer do texto.

casas depois, de forma com que ficasse dentro do perímetro municipal e longe de ameaça de despejo.

**Rua 4:** a maior rua do bairro é popularmente conhecida em toda a cidade como Rua 4, embora hoje tenha outra denominação pouco utilizada. É nesta rua que a ocupação do Jardim Conquista se estendeu até pouco tempo, chegando ao limite de fazer divisa com terrenos de empresas no Distrito Industrial da cidade e ocupando limites do município de Canoas. A Rua 4 fica localizada no extremo do bairro, fazendo divisa com o muro do Instituto Rio Grandense do Arroz.

Figura 4: Divisa da Rua 4 com o muro do IRGA.



Foto: Autoria própria (21 de novembro de 2021)

Assim como a parte aqui denominada “miolo”, a Rua 4 também pertence a áreas estaduais e integra o processo de reintegração de posse.

As casas localizadas na região, quanto mais próxima ao miolo do bairro, melhor estruturadas são, cenário que se distingue drasticamente do que é

considerado “o final” da Rua 4 ou nas “antenas”<sup>9</sup>. Ainda, ao lado de toda a extensão da rua passa uma torre de alta tensão com diversas antenas de energia elétrica, ao redor dessa região há diversas casas com estruturas precárias. Inclusive, o final dela (região mais recentemente ocupada e também a com menor oferta de bens e serviços) passa literalmente por debaixo de algumas antenas de alta tensão. Nesta região, a ligação de energia elétrica e água ainda é informal. Os moradores vivem de “gato” há mais de uma década.

Figura 5: Ligações informais de água no final da Rua 4.



Foto: Autoria própria (21 de novembro de 2021).

Fato importante sobre a Rua 4 é que ela foi asfaltada até a metade, a paisagem que separa quem mora na parte com asfalto e na parte sem asfalto é bastante distinta. Conforme vai avançando na rua em direção ao seu final, ou às

---

<sup>9</sup> Região localizada no final da Rua 4, onde se concentram maior quantidade de torres de alta tensão. Há partes em que a rua passa debaixo das torres, que também encostam em terrenos onde moram dezenas de famílias.

“antenas”, como é popularmente conhecida a região, fica mais nítida a diferenciação social dos moradores e a paisagem urbana.

Figura 6: Onde termina o asfalto na Rua 4 a precariedade é mais percebida.



Foto: Autoria própria (21 de novembro de 2021).

Figura 7: Parte asfaltada com maior distribuição de bens se serviços.



Foto: Aatoria própria. Data: 21 de novembro de 2021

A Rua 4 é conhecida por diversos fatores: existência de moradias de risco próximo a torres de alta tensão, maior concentração de pobreza urbana, ligações informais de água e energia elétrica, controle do tráfico de drogas e conflito de disputa de terras com empresários donos das indústrias. Toda a popularidade e a estigmatização envolvendo a Rua 4, é preciso pontuar, se refere apenas uma parte da rua e por conseguinte, do bairro.

Figura 8: Ruas passam debaixo das torres de alta tensão no final da Rua 4.



Foto: Autoria própria. Data: 21 de novembro de 2021

Dessa forma, o bairro Jardim Conquista é formado por uma fragmentação do território, aquilo que Thomas (2018) denomina como urbanização diferida. Em certas regiões há infraestrutura urbana e acesso a serviços básicos como água, energia e saneamento, além de moradias consolidadas e ausência de conflito de posse. Já em outra parte, há ausência de serviços básicos e infraestrutura urbana, além da permanência de uma ameaça de reintegração de posse.

## 1.2 Da ocupação à consolidação

Para compreender o histórico de ocupação do bairro Jardim Conquista até chegar a consolidação de grande parte da região, defini que os meus interlocutores tivessem participado ou presenciado o início da ocupação. O meu pai, Josenir, morador do bairro há 21 na região onde se localiza o “miolo” do bairro, foi um dos primeiros ocupantes daquela área. Já o Ceceu, morador há 29 anos do Beco do Sesi (região que faz divisa entre o bairro Jardim Conquista e a Vila da Paz), acompanhou todo o processo da ocupação do Jardim Conquista, além de ter presenciado a primeira tentativa anterior de ocupação e ter sido um morador referência para aqueles que chegaram depois.

Já as minhas outras duas interlocutoras, Adriana e Andréia, moradoras do bairro há mais de uma década e meia que adquiriram a moradia através de terceiros, apesar de não terem presenciado o início da ocupação quando esta foi “invadida”, são moradoras me trouxeram observações muito importantes para compreender o processo de consolidação do bairro, visto que elas, mesmo que sejam ambas moradoras da Rua 4, vivem em localidades onde a infraestrutura urbana e a paisagem são diferentes.

Eu fui o primeiro, a gente se reuniu em uma tarde em três famílias. Nós começamos lá perto do compadre Cigano, botamos três casinhas lá. No outro dia de manhã, já tinha um monte de gente. Daí no outro dia começou a juntar gente, a juntar gente, quando nós vimos chegou a brigada pra tirar todo mundo de lá. (...) No Conquista não tinha nenhuma casa. A gente que foi ocupar, a primeira ocupação. (...) Bem na beira do Jardim Vitória, na divisa. (Ceceu. Outubro de 2021)

O Ceceu não só é um dos moradores mais antigos da região, como me conta ter sido um dos primeiros a tentar construir uma ocupação onde hoje é o Jardim Conquista. A ocupação do Jardim Conquista, como se conhece hoje, embora iniciada nos anos 2000, foi a segunda tentativa de ocupação da área. A primeira, como comenta o Ceceu, aconteceu alguns anos antes, cresceu, foi despejada e deu origem ao bairro vizinho, Jardim Vitória.

E daí no segundo dia em diante apareceu tanta gente, foi de um dia para o outro. (...) Apareceu gente que o cara não sabe de onde apareceu. Em uma ocupação, quando tu vê que é uma ocupação que vai levar tempo, vem gente de tudo quanto é lado. (...) Mas depois foi desocupada essa invasão, só ficou daqui desse pé de nozes pra cá, porque é área do Sesi. (...) Essa primeira turma, essas 1.200 famílias que foram desocupadas, a maioria ficou desacomodada e foi embora. Mas umas cento e poucas foram para o ginásio, ficaram um ano e pouco no ginásio comendo o pão que o capeta amassou, cada um na sua barraquinha. (...) O Jardim Conquista não existia. (...) Aqui era tudo mato. (...) A invasão começou de lá pra cá. (...) Onde se tornou o Jardim Vitória, é porque o presidente do IRGA, que ficou com dó daquelas famílias que estavam lá, deu o Jardim Vitória para eles. Foi cedido pelo presidente do IRGA. (Ceceu. Outubro de 2021)

Assim, Ceceu me conta que o bairro vizinho, Jardim Vitória, foi originado da primeira tentativa de ocupação da área onde hoje localiza-se partes do Jardim Conquista. Aqui, já aparece o primeiro conflito com a propriedade das terras, uma vez que o despejo dessa primeira turma ocorreu por tratar-se da área Estadual de propriedade do Instituto Rio Grandense do Arroz (IRGA).

Essas famílias desalojadas que moraram no ginásio municipal por mais de um ano, ganharam a doação de uma área de terras bem delimitada. Essa área tornou-se o bairro Jardim Vitória e foi uma das primeiras ocupações urbanas dessa região da cidade.

### 1.3 “Os barraquinhos foram sumindo e as casinhas foram se erguendo”

No caso do Jardim Conquista, foi a “segunda turma” de ocupantes, chegados alguns anos depois, que deu origem à ocupação como hoje é conhecida. Ceceu, meu interlocutor mais antigo da região, conta como era o cenário pré-ocupação:

Aqui onde tá a invasão da Rua 4, era lindo de ver... Aqueles maricás, sabe? Era tudo mato, não tinha nenhuma casa. A primeira invasão foi no final do Jardim Conquista, onde é o Jardim Vitória. (...) Depois de uns cinco ou seis anos, o pessoal começou a invadir de novo. (...) E estão aí até agora. (...) Foi gente juntando pedacinhos de madeira e fazendo casinha, juntando pedaço de lona e fazendo barraquinho. Até que foi indo, foi indo. (Ceceu. Outubro de 2021)

O meu outro interlocutor, que guarda memórias do início da ocupação, é o meu pai, Josenir. Ele relata a paisagem da época e a tomada de decisão dele em participar do processo de ocupação.

Eu estava fazendo a casa do meu irmão, aqui na frente do meu terreno. Antes eu morava com a minha sogra. Eu tinha uma casa montada no pátio dela. Aí eu tava fazendo a casa do meu irmão aqui em frente e o pessoal começou a pegar esses terrenos aqui, e aí eu até comentei quando eu tava fazendo o telhado dele “esse terreno aqui em frente vai ser meu”. Aí eu terminei o telhado de tardezinha e no outro dia eu peguei arame farpado, medi, cerquei e to aqui até hoje. (Josenir. Outubro de 2021)

Ele comenta que na época, a área do bairro que é de propriedade do Município já estava em construção. E foi ali que ele percebeu o início da ocupação que vinha acontecendo na área de propriedade do Estado e decidiu participar também.

A prefeitura aterrou até ali. Aí eles colocaram os terrenos para leiloar. (...) Não tinha ninguém nesse terreno e nem na volta. Só tinha a casa dele pra lá, mas era tudo barraquinho. E aqui os terrenos era tudo vazio, tudo cercado, só tinha umas barraquinhas no meio. Eu desmanchei a casinha de sarrafinho que eu tinha na 59 e montei aqui. Não tinha água, não tinha luz. A primeira coisa que eu fiz foi o banheiro lá atrás pra poder ir ficando nessa casinha. E aí como era muito banhado aqui, era plantação de arroz aqui, eu comecei a aterrar o terreno e nunca mais saí. Fui ficando, fui ficando. Ao redor era só barraquinha, ninguém tinha casa. E aí foi indo, foi indo. Os barraquinhos foram sumindo e as casinhas foram se erguendo. (Josenir. Outubro de 2021)

Muitos dos que podem olhar para o bairro Jardim Conquista hoje podem não conseguir imaginar pelo que os primeiros moradores passaram. Todo o processo de construção da vila é em decorrência da necessidade e do trabalho dos próprios moradores. Meu pai relata como foi ocupar um terreno sem nenhuma infraestrutura urbana à disposição e como foi o processo de fazer disso o seu espaço de moradia.

Foi muito “sacrificioso”, porque não tinha rede de esgoto, eu tinha um banheiro mas não tinha rede de esgoto, eu tive que abrir dois buracos pra fazer uma fossa, mas daí chovia e não dava conta... A patrula da prefeitura abriu um valão lá do outro lado pra gente dar o banheiro pra lá. Foi muito “sacrificioso”, foi nojento, foi horrível. Mas a gente tinha em mente que a gente queria ter o canto da gente e não pagar aluguel. Nem comprar, não tinha hipótese nenhuma disso. (...) A gente foi perdendo o medo em razão da grande quantidade de gente que foi chegando. Cada um que chegava do teu lado e erguia uma parede de tijolo dava coragem de tu fazer o mesmo.

Um encorajava o outro. “Se o vizinho fez eu vou fazer também. Se o vizinho construiu um piso na frente eu vou fazer também”. E daí foi indo, foi indo. (Josenir. Outubro de 2021)

Algumas famílias, assim como a minha, ocuparam o terreno cercando o espaço e construindo pouco a pouco. Outras, já adquiriram o espaço de terceiros. Como conta o meu pai, “ (...) no início todo mundo pegava, mas depois começou os negócios. Tal fulano pegou cinco terrenos para fazer dinheiro” (JOSENIR, 2021). Dessa forma, começou a venda ilegal de lotes, processo do qual as demais interlocutoras participaram. A Adriana, por exemplo, conseguiu até parcelar “a primeira casa própria”.

Primeiro a gente tinha vindo aqui, tinha dado uma olhada na vila pra ver se a gente conseguia uma casa baratinha... E aí a gente veio aqui e a dona Ana morava no mesmo lugar e a gente foi até o fim e procuramos falar com o “foguinho”, que é o morador mais antigo do que nós. E aí o Marcelo falou com ele e ele botou o preço dele. (...) Ele que vendeu aqui, ele tinha mais lotes. Naquela época a gente até não achou caro porque ele parcelou. Foi a minha primeira casa própria. A gente morava de aluguel. (Adriana. setembro de 2021)

Tanto a Adriana quanto a Andreia são moradoras da Rua 4, que é a maior rua Jardim Conquista, aquela a qual se estendeu o processo de ocupação da área e que também tem até hoje, em algumas partes, uma distribuição desigual de bens e serviços em comparação a outras partes da ocupação.

Nós pegamos a última casinha aqui da vila, era na Rua 4 mais pra frente, ali perto do Beco do Sesi. Nós moramos ali. Era a última casinha. A rua terminava ali e o resto tudo era maricá. Aí as pessoas começaram a desmatar, vender e cercar, sabe que é assim como funciona, né? Nós éramos a última casinha, eu tinha saído da casa da minha mãe e aí viemos pra cá. Ele na época tinha um dinheiro de um carro e comprou por 800 pila o terreno na época. Depois dali, no outro terreninho já teve que se desmatar. Nós compramos a última casinha, de uma senhora, a dona Isabel. (Andreia. Setembro de 2021)

Embora a Adriana e Andréia tivessem comprado os lotes de terceiros, elas também passaram pelo difícil processo de construir moradia em uma região inicialmente precária e com pouquíssima infraestrutura urbana. Tanto Adriana quanto Andréia são moradoras do bairro há mais de uma década e meia.

Ela vendeu pra nós pra poder ir embora pra casa do filho dela, ela tava muito doente e criava um gurizinho. E ali tinha um valão na beirada né, um valo com ponte de madeira que toda vez que chovia a ponte andava. Mesmo que ele cavocasse e botasse assim, umas barreiras, a ponte sempre levantava e andava. Era terrível. (Andreia. Setembro de 2021)

Naquela época a rua era até aqui. Rua modo de dizer, né? Era chão batido, tinha um valo para o lado de cá... Era uma estradinha e quando chegava aqui na esquina era mato. E aí foram abrindo devagarinho. (...) Era um matagal pra lá. O final da rua era aqui. (...) Com o tempo depois eles foram abrindo rua. Era um bairro muito carente. Porque naquela época a água, a gente ligava a torneira pra tomar um banho e era escasso... Tu queria lavar uma roupa, alguma coisa e tinha que entrar de madrugada. Eu entrava até às 3h, 4h da manhã lavando roupa. A luz, eu lembro que naquela época, era bem carente...(Adriana. Setembro de 2021)

Essa experiência em habitar na informalidade durante os primeiros anos da ocupação, com tantas dificuldades de infraestrutura parecem marcar a experiência das minhas interlocutoras no território. Certamente a vivência delas na ocupação é diferente dos moradores mais recentes, que chegaram quando a ocupação já estava consolidada.

## 2. “ATÉ QUANDO EU VOU COMER TERRA?”

Como característica de qualquer cidade brasileira onde há regiões de moradores pobres, a segregação urbana também produz no espaço a distribuição desigual de bens e serviços. No bairro Jardim Conquista, há diferentes regiões com melhor ou pior oferta de infraestrutura urbana no próprio bairro, como asfalto, saneamento básico e energia elétrica.

A racionalidade governamental que gere a cidade se caracteriza por uma lógica de distribuição desigual de bens e serviços, essa lógica, descrita por Thomas (2018) como urbanização diferida, leva a uma postergação contínua das obras de infraestrutura urbana, tal como acontece no Jardim Conquista. O autor questiona sobre o caráter da “ausência” em um loteamento informal, que é, para os órgãos oficiais, um loteamento “ainda não” regularizado, “ainda não” integrado às áreas formais da cidade.

[...] o que dizer de uma “sociedade” assentada em algo que “ainda não” é? A menos que o loteamento seja justamente outra coisa do aquilo que ele “ainda não” é... [...] Afinal de contas, o que significa morar em uma parte da cidade que ainda não faz parte da cidade? Ademais, até que ponto esse “ainda não” deve ser compreendido como uma anomalia dentro da ordem urbana? Qual é na verdade o significado de uma anomalia que dura há mais de sessenta anos? **Esses meios-fios perdidos no meio do mangue, eles não só imploram pelo asfalto, eles também contam uma história**<sup>10</sup>. (CORTADO, 218. p. 47-48)

No caso das minhas interlocutoras, mesmo que Andreia e Adriana residam na mesma rua e vieram para a ocupação em datas muito próximas, a situação de moradia delas se diferem no que tange a oferta de infraestrutura urbana no entorno de suas residências. O fator que distingue a situação de uma é de outra, é que Adriana mora na parte da Rua 4 onde tem asfalto e que se localiza no que eu chamo aqui de “miolo” do bairro. Já Andreia, reside no final da Rua 4, região popularmente conhecida pelos moradores como nas “antenas” e que possui menor infraestrutura urbana.

---

<sup>10</sup> Grifo próprio.

Aqui na Rua 4 a Prefeitura não fez nada. Entra lixo, mas nada mais. Não temos cano, nada. Os moradores arrecadam dinheiro dos vizinhos e vão fazendo assim. Aí os vizinhos que não querem participar fazem uma outra rede. Aí tu vai ver ali na rua tem quatro ou cinco canos enterrados na rua. Ainda funciona assim. **Já onde nós morávamos, já tem CORSAN e RGE. Agora tem asfalto. Lá aconteceu tudo**<sup>11</sup>. Eles asfaltaram, eles colocaram canos da Prefeitura mesmo, a CORSAN veio e colocou os canos grossos para oferecer para o povo. (...) Mas aqui na rua falta asfalto, canalização, esgoto, iluminação... Tu vai sair agora e vai sair no escuro. A gente tem só depois do murão pra lá e o que os vizinhos colocam nos pátios uma lâmpada. Essas *lampadazinhas* que vão iluminar nós. Os postes é os vizinhos. (...) E poste não é "poste" né. Continua ainda isso. (...) Eu acho que dava pra melhorar isso. É diferente, aqui é mais dificuldade. (Andreia. Setembro de 2021)

Embora Andreia more há mais de uma década e meia no mesmo lugar, ela ainda relata certas dificuldades e ausências de infraestrutura urbana que eram característica do início da ocupação para vários outros moradores. Porém, a região em que ela reside, no final da Rua 4, não se desenvolveu como em outras partes do bairro. Indagada sobre por qual motivo ela acredita que houve mudanças e presença do Poder Público na região da sua antiga casa, a umas três quadras de onde Andreia mora hoje, ela não soube explicar o motivo. Assumiu que nunca havia pensado sobre isso, "eu nunca me questioneei. A gente tem mania de colocar a culpa no outro, né? Nunca me perguntei" (ANDRÉIA, 2021)

Já Adriana, que mora na parte asfaltada da Rua 4, comenta que no entorno da casa dela muita coisa mudou, mas que percebe que no final da Rua 4 não aconteceu a mesma coisa.

Nada me incomoda aqui. (...) A iluminação pública, graças a Deus, tá bem. Claro, lá para baixo precisa mudar. É muito escuro pra lá. Mas eu creio que logo logo vai ser arrumado. (...) A praça, perto do que era antes, dá um prazer ir lá. Hoje as pessoas tem ânimo de ir na praça. O bairro, eu creio, vai mudar. Precisa melhorar as ruas, tem muitas ruas que não tem asfalto, aqui no final da Rua 4 fica aqueles barros, aqueles buracão. (...) Tem muita rua ainda que precisa de asfalto. (...) Lá é escuro, né? Tem luz lá, mas é só das casas. Tu quer descer lá embaixo, tu vai, até um certo ponto tem luz na rua. (Adriana. Setembro de 2021)

---

<sup>11</sup> Grifo próprio.

## 2.1 A noção de “ausência” do Estado

O que constitui uma vila ou favela no Brasil e em grande parte do mundo, é que estes são espaços destinados para os pobres, geralmente localizados nos limites das cidades, em regiões sem infraestrutura urbana adequada, precária oferta de serviços públicos e muitas vezes em uma situação informal de posse da terra. Nesse sentido, a vila nunca deixa de ser vila. Essa é a percepção dos próprios moradores que embora residam há 15, 20 ou 29 anos, ainda nutrem um sentimento de abandono do Poder Público em relação ao espaço.

Eu não gosto do bairro, eu na verdade eu fiz isso aqui porque eu não queria pagar aluguel. Mas eu sempre tive uma pulga atrás da orelha aqui, por causa da área, do terreno, da região, da infraestrutura do lugar, que ainda peca bastante. Por que tu vê, **já faz 21 anos que eu moro aqui e até hoje eu como terra na frente da minha rua. Se vai fazer 21 anos, fica a pergunta “até quando eu vou comer terra”?**<sup>12</sup> Isso vai me enojando. Se eu tivesse condições eu ia pra outro lugar. (Josenir. Outubro de 2021)

O mesmo sentimento de abandono e de que as coisas não mudam também é compartilhado pela Andreia.

Eu não gosto de morar aqui. Eu gosto de morar quando eu entro daquele portão pra dentro. Mas vai dizer que tu gostou de vir no barro? Cheio de buraco, falta luz. Essa hora não tem água quente no chuveiro. Tanto aqui como em outros lugares. Eu não gosto das dificuldades. Se arrumassem a estrada, é só isso que me impede de dizer que eu sou feliz aqui. A gente se mudou de lá, passava dificuldade, tomava banho de balde, aí tu viver 10 anos, 20 anos nessa mesma precariedade? É complicado. (Andreia. Setembro de 2021)

Meu pai, ao comentar sobre o sentimento de abandono do Poder Público, pontua que nota diferença de tratamento da Prefeitura em relação às diferentes partes do bairro, aquelas que classifiquei anteriormente de formas diferentes, tendo em vista a infraestrutura urbana, a consolidação do espaço, a propriedade da terra e a presença ou ausência de processo judicial de reintegração.

---

<sup>12</sup> Grifo próprio.

A parte onde cabe a prefeitura, evoluiu bastante. Tanto como a iluminação, a avenida principal da frente ficou bonita, a praça bonita. Mas tu sai dessa região e começa a descer, pegando a Rua 4, ai tu vai te apavorando. [...] Dentro da vila, no coração da vila, é difícil encontrar asfalto. Tu vai encontrar asfalto nas ruas que liga à avenida. O coração da vila, os miolos, as travessas, os zig zags, esses estão parados até hoje. [...] **Eu acho que a prefeitura abandonou isso aqui porque é uma área que não é dela.**<sup>13</sup> (Josenir. Outubro de 2021)

Essas diferenças territoriais, “ausência” ou presença do Poder Público na oferta de infraestrutura urbana moldam a própria percepção dos moradores em relação às diferentes partes do bairro, às suas moradias e também no sentimento de segurança ou insegurança em relação ao processo de reintegração de posse.

Cortado (2018) reflete sobre a possibilidade de que a própria urbanização diferida - como o constante atraso na urbanização dos loteamentos irregulares e a diferenciação dos espaços internos - não seja resultado de uma “falta de planejamento”, mas de uma escolha deliberada, planejada.

E se, na verdade, a urbanização diferida não resultasse de uma falta de “planejamento urbano”, mas do modo como o governo procurou coordenar os atores (companhias, proprietários, administração urbana, pobres, etc.) envolvidos na fábrica da cidade? E se a dilatação do espaço-tempo urbano tivesse sido, de certo modo, planejada? (CORTADO, 2018. p. 89)

Em concordância com Cortado (2018) de que a cidade “ilegal” é produto da própria cidade, Thaís Rosa em sua obra “Cidades outras: pobreza, moradia e mediações em trajetórias liminares”, de 2014, critica a noção do “ilegal” ser visto como “ausência” e não como produto da própria produção do espaço urbano.

Mas, afinal, que cidade é essa que não estaria presente nos inúmeros espaços de moradia dos pobres? Não seria a mesma cidade que os produz e que é também produzida por eles? E o que dizer da enorme parcela da sociedade que vive nesses espaços, das práticas, relações, disputas que os produzem e lhes dão sentido cotidianamente? Não seriam estes outros aspectos a serem considerados como forma - sim - de produção da cidade? (ROSA, 2014, p. 18)

Raquel Rolnik também reflete sobre a noção de ausência de Estado nos loteamentos informais. A arquiteta e urbanista comenta que embora haja uma narrativa de enxergar esses territórios como onde o “Estado não chega”, as idas e

---

<sup>13</sup> Idem.

vindas do processo de formação, as remoções e consolidação desses espaços são permanentemente mediados pelo próprio Estado (ROLNIK, 2019).

Embora a narrativa dominante trate esses locais como “resultados da ausência do Estado” ou territórios onde o “Estado não chega”, as idas e vindas de processos de formação, consolidação e remoção desses assentamentos têm sido – e ainda são – fortemente constituídas e permanentemente mediadas pelo Estado. Essa presença está, antes de mais nada, na origem de muitos assentamentos situados em terras públicas, cujos moradores obtiveram, em algum momento, licenças – documentadas ou não – por parte das autoridades locais para ali se instalar. (ROLNIK, 2019. p. 172)

### 2.3 A produção da informalidade

Para aprofundar a noção de “ausência”, julguei importante avançar nas reflexões para aprofundá-la refletindo sobre seus sentidos políticos. Nesse sentido, cabe aqui refletir sobre a produção da informalidade.

Vera Telles, em “as cidades na fronteira do legal e ilegal” (2010), comenta sobre os jogos de poder embutidos nas definições jurídicas entre a oposição legal / ilegal e formal / informal nas ocupações urbanas. Segundo Telles,

Não se trata de universos paralelos, muito menos de oposição entre o formal e informal, legal e ilegal. Na verdade, é nas suas dobras que se circunscrevem jogos de poder, relações de força e campos de disputa. São campos de força que se deslocam, se redefinem e se refazem conforme a vigência de formas variadas de controle e também, ou sobretudo, dos critérios, procedimentos e dispositivos de incriminação dessas práticas e atividades, oscilando entre a tolerância, a transgressão consentida e a repressão conforme contextos, micro conjunturas políticas e relações de poder que se configuram em cada qual. (TELLES, 2010. p. 25)

Ainda, ao refletir sobre os ilegalismos, Vera Telles reforça seu argumento citando Foucault:

Os ilegalismos, diz Foucault em outro texto, não são imperfeições ou lacunas na aplicação das leis, contêm uma positividade que faz parte do funcionamento do social, eles compõem os jogos de poder e se distribuem conforme se diferenciam “os espaços protegidos e aproveitáveis em que a lei pode ser violada, outros em que pode ser ignorada, outros, enfim, em que as infrações são sancionadas”. As leis, diz Foucault, “não são feitas para impedir tal ou qual comportamento, mas para diferenciar as maneiras de contornar a própria lei” (TELLES, 2010, apud, FOUCAULT, 1994, p. 716).

Dessa forma, segundo esses autores, a flexibilidade da aplicação dessas leis é mobilizada de acordo com as relações de força presentes na sociedade. E nesse sentido, trazendo de volta à Rolnik, a autora coloca que as ordens estatais são sempre ordens plurais, dessa forma, é comum que situações de ilegalidades e legalidades colidam. E é justamente nesse campo de indefinições e de “inseguranças” jurídicas, que segundo a autora, os moradores se mobilizam para tentar permanecer onde estão.

A legislação governamental não pode ser vista como uma massa indiferenciada e consistente de regras. O fato de que setores da ordem estatal tenham origem e residam em diferentes instituições com diferentes agendas, relacionando-se com diferentes circunscrições em distintos momentos da história, faz com que a ordem estatal seja, em si mesma, uma ordem plural. São comuns as situações em que colidem legalidades e ilegalidades de distintas ordens, no âmbito do direito civil, urbanístico e ambiental. Assim, constitui-se um campo de indefinições amplamente mobilizado pelos moradores em suas lutas – inclusive no âmbito da Justiça – para permanecer onde estão. (ROLNIK, 2019, p. 170)

Nesse sentido, parece necessário compreender que as dinâmicas urbanas, especialmente as que se tecem em territórios periféricos, são constituídas e atravessadas por jogos de poder. Assim, a questão da informalidade se resume à mera consideração da aplicação ou não das leis e normas jurídicas existentes.

Indo ao encontro com o que aponta ROLNIK, Rafael Gonçalves Nicolas Bautès e Maria Maneiro, em “A informalidade urbana em questão” (2018) colocam que a informalidade não pode ser vista como fora do Estado ou como uma esfera ilegal, visto que é o próprio Estado que muitas vezes produz, desenvolve e consolida essas áreas.

Compreende-se a informalidade não como uma esfera irregular, ilegal, marginal ou fora do escopo do Estado. [...] O Estado não está ausente desses espaços, muito pelo contrário, em muitos casos, é um dos autores principais no desenvolvimento e consolidação dessas áreas. O problema ainda em questão é conhecer, com maior precisão, as modalidades específicas de exercício do poder do Estado nos espaços informais: as formas de negociação, de tramitação de conflitos, de construção de “zonas liberadas”, de criação de tributos informais, entre outros. (...) Nesse sentido, a informalidade não significa ausência do Estado e, muito menos, deve ser abordada como algo ilegal. Da mesma maneira, o pretense não respeito – fosse parcial – da lei não deve ser entendido, conforme analisam Lautier et al. (1991, p.6), como um defeito, muito menos como uma doença ou um sinal de falta de desenvolvimento, mas sim como um modo de

funcionamento complexo e que responde às suas próprias lógicas sociais. (GONÇALVES; BAUTÈS; MANEIRO, 2018, p. 16)

Mas isso não significa, por exemplo, que não haja um distanciamento das ocupações informais com o Estado. Segundo Tales Lobosco, em *Direito Alternativo e Juridicidade nas favelas*:

Esse distanciamento das ocupações informais em relação ao Estado se estabelece, simultaneamente, a partir dos dois espaços. A cidade oficial não reconhece, e muitas vezes repele, o território informal, que é tido como invasor, irregular e em desacordo com as normas e regras da cidade (urbanísticas e também sociais). Por outro lado, a condição de irregularidade generalizada das construções na favela faz o direito oficial ser uma instância temida pelos riscos permanentes que porta: de despejo e demolições. (LOBOSCO, 2014, p. 208)

Dessa forma, não se pode falar de uma “ausência” do Estado quando ele se faz presente de diversas formas, seja na oferta de algum que outro serviço urbano como recolhimento de lixo, por exemplo, ou nas autorizações concedidas às empresas de energia elétrica e saneamento, seja no envolvimento no processo judicial, nas constantes presenças nos “tempos da política” ou na própria consolidação da ocupação, que ocorre em decorrência do tempo, da presença Estatal e dos próprios moradores.

Por outro lado, não se pode negar que há um distanciamento do Estado com os loteamentos irregulares, de acordo com Lobosco (2014), que pode ser tanto na relação da “cidade oficial” de repelir o território informal quanto na condição de irregularidade que geram impasses e riscos de remoções.

Para Gonçalves (2021), em “Aspectos materiais da informalidade como recurso urbano”, a informalidade permite práticas de construções mais flexíveis, uma vez que os moradores adaptam práticas informais às suas necessidades, tal qual apontada por Telles quando se refere a elas nas dobras do legal/ilegal, formal/informal. Nesse sentido, de acordo com Gonçalves, pode-se entender a informalidade como uma função social, pois é dessa forma com que muitos moradores acessam às cidades, seus recursos e constroem suas moradias.

Portanto, o autor defende que não podemos pensar a informalidade de forma dualista, pois ela não se manifesta apenas no espaço informal.

Sabendo, evidentemente, que tal realidade não é absolutamente uma prerrogativa dos espaços considerados informais, uma vez que se manifestam também em áreas ditas formais. Devemos, pois, afastar-nos de uma compreensão dualista do conceito de informalidade urbana, que o consideraria ou como um problema ou como uma solução. É preciso, por outro lado, admitir que a informalidade é uma realidade urbana e, como defendemos aqui, exerce uma função social. (GONÇALVES, 2021, p. 272)

Em um contexto social onde os serviços urbanos como água e transporte, por exemplo, são vistos conforme a lógica do mercado e não como um direito de todos, muitos moradores apelam para práticas informais para terem acesso a esses recursos, dado que são fundamentais para a manutenção das suas vidas. Assim, o autor pontua que

A instalação e distribuição de tais recursos são elementos intrínsecos à própria urbanidade e necessários para a reprodução social dos seus habitantes. As formas de acesso, partilha e regulação desses recursos estão no centro do processo de produção do espaço urbano e diretamente relacionados à noção de direito à cidade (LEFEBVRE, 2001 apud GONÇALVES, 2021, p. 271).

Tal direito pressupõe o acesso aos recursos urbanos, assim como a capacidade dos cidadãos de participarem ativamente da produção da cidade como uma obra coletiva. Em um contexto de privatizações generalizadas dos serviços coletivos no Brasil, é necessário conceber os recursos urbanos como bens comuns e compreender as lógicas que regem sua regulamentação e utilização (OSTROM, 1990, apud GONÇALVES, 2021, p. 271)

Esta não é uma defesa da informalidade, mas uma reflexão sobre o papel dela no contexto da produção do espaço urbano. Historicamente no Brasil, por conta dessa precariedade induzida, a informalidade tornou-se uma forma da população pobre acessar a cidade. Em concordância com Gonçalves (2021),

A informalidade permitiu, assim, o acesso à cidade a um grande contingente populacional, que jamais poderia usufruir de uma moradia, muitas vezes em bairros centrais, através do mercado imobiliário formal ou de políticas públicas de habitação social, que historicamente priorizam a produção de moradia em áreas distantes e isoladas, onde justamente o acesso a certos recursos urbanos é comprometido.(GONÇALVES, 2021, p. 273)

### **3. INSEGURANÇA DE POSSE: O PROCESSO JUDICIAL DE REINTEGRAÇÃO**

Impõe-se, portanto, a imediata reintegração do Autor na posse do imóvel esbulhado, com a retirada das construções do local apontado, a fim de evitar a expansão da ocupação irregular e a consequente ampliação da dificuldade de futura remoção dos invasores para a construção da rodovia RS-010. [...] Ainda, a par da sua ilegalidade, o esbulho ora noticiado põe em risco a vida, a segurança e a saúde dos invasores, pois além da existência de uma rede de transmissão de energia elétrica sobre o local, a qual brevemente estará em atividade, simplesmente inexistente sistema de saneamento que garanta as mínimas condições de saúde e higiene. (Procurador do Estado do RS, 13 de dezembro de 2007)

Em setembro de 2007 foi ajuizado pelo Estado do Rio Grande do Sul um processo de reintegração de posse contra os ocupantes da ocupação Jardim Conquista. O Estado requereu a reintegração de posse e a retirada imediata das construções do local. Tal ação, dá início a uma situação de incerteza e insegurança de posse para as milhares de famílias que lá residem desde os anos 2000, perdurando por mais de 14 anos. O processo, que segue em tramitação, já foi alvo de diversas ações, conforme simplificado na linha de tempo a seguir:

Figura 9: Linha do tempo do processo de reintegração de posse.



**Fonte: Elaboração própria.**

Em 2015, o Estado havia perdido a ação por não ter conseguido delimitar a área e nem ter conseguido comprovar a sua posse. Nessa ocasião, a juíza Anabel Pereira extinguiu o processo. Entretanto, o Estado recorreu e o ato da juíza foi desfeito. Dessa forma, o processo passou a tramitar novamente. Assim, o Estado enviou técnicos ao local para fazer medições e, posteriormente, publicou um novo edital de citação das famílias. Dois anos depois, em 2017, o juiz Edison Luis Corso concedeu sentença favorável ao pedido de reintegração de posse do Estado.

Nesse mesmo ano, houve a maior mobilização popular desde o início do processo de reintegração de posse. Onde fizemos uma série de reuniões com agentes políticos e organizamos uma Audiência Pública envolvendo comunidade, governo municipal, governo Estadual, Ministério Público e Defensoria Pública. A audiência pública, realizada em 18 de setembro de 2017, dois meses após a sentença favorável ao despejo, lotou o plenário da Câmara Municipal de Cachoeirinha e foi pauta política de toda a cidade.

Figura 10: Apoio da escola pública durante mobilização da comunidade contra ameaça de despejo.



**Imagem superior:** Audiência Pública na Câmara Municipal, setembro de 2017;  
**Imagem inferior:** Apoio da escola pública que atende as crianças da região.  
**Fonte:** Autoria própria.

Tal mobilização, também contribuiu para a organização social dos moradores. Visto que muitos deles não tinham nem ciência da existência do processo judicial. Tal fato ocorre porque alguns moradores mais novos quando adquirem o terreno nem ficam sabendo da existência do processo. Além de que, no momento, não existe um advogado que centraliza e/ou acompanha o processo, o que ocorre é que ao longo dos anos diversos advogados entraram com representações, defendendo diferentes interesses, organizações e políticos.

Após essas mobilizações da comunidade, os representantes do poder executivo e legislativo da cidade movimentam-se solicitando a suspensão do

processo.<sup>14</sup> Embora desde 2017 não haja mais nenhuma ação de ameaça de despejo, o processo ainda segue em tramitação. Ou seja, até o momento não há uma definição jurídica.

A maior parte do bairro Jardim Conquista localiza-se em terras de propriedade do Estado do Rio Grande do Sul, sendo assim, também integram o processo de reintegração de posse, como pode ser visto na imagem abaixo:

Figura 11: Delimitação do bairro Jardim Conquista.



**Imagem superior:** Delimitação do bairro Jardim Conquista (Rosa)

**Imagem inferior:** Área do bairro que está sob processo de reintegração (Bege)

**Fonte:** Google imagens. Autoria própria.

O objeto que justifica a reintegração, como consta no próprio processo, é o antigo trajeto da RS-010. Na época havia uma empresa contratada para executar a

<sup>14</sup> Conforme foi noticiado nos veículos locais de comunicação, como pode ser visto em: <https://estado.rs.gov.br/estado-encaminha-suspensao-de-reintegracao-de-posse-em-cachoeirinha/> e [https://www.diariocachoeirinha.com.br/\\_conteudo/2017/09/noticias/regiao/2173980-audiencia-publica-r-eforca-garantias-aos-moradores-do-jardim-conquista.html](https://www.diariocachoeirinha.com.br/_conteudo/2017/09/noticias/regiao/2173980-audiencia-publica-r-eforca-garantias-aos-moradores-do-jardim-conquista.html)

obra, que teria parte do seu traçado passando por terras onde hoje se concentra boa parte da ocupação Jardim Conquista. A obra nunca ocorreu e como foi noticiado, o Estado chegou a romper o contrato com a antiga empresa e mais recentemente o governador Eduardo Leite abriu uma nova licitação.

Dessa forma, neste momento, a construção da ERS-010 voltou a ser pauta no Estado<sup>15</sup>. Uma nova empresa venceu a licitação e tem realizado estudos técnicos para a construção da rodovia. No estudo de viabilidade, foi apresentado dois traçados diferentes que passariam pelo município de Cachoeirinha. Em um deles há a grande possibilidade de despejo de algumas famílias e em outros não. Ainda não há novo desenho da rodovia definido. Mas o desenrolar dessa situação pode ser fundamental para o processo judicial e o futuro da ocupação Jardim Conquista, uma vez que a ERS-010 é o objeto que fundamenta o pedido de reintegração de posse movido pelo Estado.

### 3.1 “Se eles dizem que a gente aqui no asfalto sai, imagina lá para baixo?” - insegurança de posse

A oferta ou “ausência” de infraestrutura mínima naquele território foi um dos aspectos que, em conversa com as minhas interlocutoras, evidenciou-se o tema da reintegração de posse. Adriana, por exemplo, compartilhou que onde ela reside o tratamento recebido pelo Poder Público gerou certa segurança para ela e seus vizinhos, em relação à posse da área localizada em uma região asfaltada e mais organizada. Andreia, no entanto, relata que para ela e os demais moradores, na área ocupada onde há uma distribuição mais desigual de bens e serviços, sem asfalto e próximo das torres de alta tensão, a narrativa era de insegurança para os moradores:

A prefeitura sempre disse pra nós que aqui onde a gente tá não está seguro ainda, que a gente pode sair daqui. Mas que quem tá lá debaixo das antenas sai, outros não saem. Eu fico meio assim. Se eles dizem que a gente aqui no asfalto sai, imagina lá pra baixo? (...) Eles sempre deixaram

---

<sup>15</sup> Conforme noticiado no site O repórter e em outros veículos de comunicação. Ver em: <https://www.oreporter.net/governador-recebe-estudo-de-viabilidade-para-implantacao-da-ers-010/>

bem claro. Onde termina o asfalto pra lá eles iam ver, quem ia ficar e quem não ia. E aí depois surgiu um papo que iam ficar até a esquina ali que liga com o distrito. (...) Mas deixaram a gente calmo que até um certo ponto do asfalto, principalmente esse lado ia ficar. E aí a gente ficou mais calmo. Mas eles sempre disseram que de repente aquele lado de lá ia sair. (Adriana. setembro de 2021)

É verdade que os moradores que residem nas áreas consideradas “consolidadas”, possuem maior sentimento de segurança de posse. E isso já foi trazido diversas vezes por diferentes autoridades do Estado e do Município aos moradores. Em 2017, por exemplo, durante a reunião organizada às pressas pelo governo municipal, dois dias antes da Audiência Pública organizada pelos moradores, o ex-secretário de governança da Prefeitura, Juliano Paz, afirma aos moradores presentes que “vão ter casos que vão ter que sair, vão ter casos que vão ter que ficar”.

Quem tiver que sair, ninguém tá mentindo que todo mundo vai ficar, certo? Ninguém disse isso aqui e não vão dizer porque não é verdade, vão ter casos que vão ter que sair. Vão ter casos que vão ter que ficar. O que vai dizer isso é essa organização, esse desmembramento da área. <sup>16</sup> (Juliano Paz, setembro de 2017)

Juliano Paz, também em entrevista concedida ao site O Repórter,<sup>17</sup> no mesmo período da reunião do governo, reafirma a segurança de posse para as famílias que vivem nas áreas “consolidadas” ao mesmo tempo em que reafirma que algumas residências deverão ser removidas.

O sentimento de insegurança de posse é mais presente na fala da moradora Andréia, que comenta que na avaliação dela, a região onde há asfalto, luz e água, parece mais segura quanto a uma possível ameaça de despejo.

Onde é asfaltado, onde tem água, lá parece mais seguro. Pode acontecer até lá, mas eu não acredito que lá iria sair, até porque teve todo esses investimentos lá. (...) Eles fazem a gente crer assim, porque todo mundo construiu casa de material e a vida toda mudou lá e eu tô pensando que talvez as pessoas pensem isso. (...) Sabia que tu tá fazendo eu pensar isso? (...) Se aqui é a mesma Rua 4, se eles querem tirar tudo isso aqui, só porque eles colocaram asfalto, luz, água e a vida é melhor lá, parece que lá me deu segurança. Lá deu segurança para o povo. (Andréia. setembro de 2021)

---

<sup>16</sup> Retirado do áudio gravado da reunião do governo. Acessado pelo link: <https://www.youtube.com/watch?v=qTcaBJkAJtY>

<sup>17</sup> Ver em: <https://www.oreporter.net/reintegracao-de-posse-no-jardim-conquista-sera-adiada/>

Para Rolnik (2019), a insegurança de posse é uma questão de economia política - leis, instituições e processos de tomada de decisão relacionados ao acesso e ao uso da moradia e da terra são atravessados pelas estruturas de poder existentes na sociedade -, e é no interior dessa trama jurídico administrativa, segundo a autora, que se costumam os mecanismos de exclusão ou inclusão na cidade.

### 3.2 A autoconstrução da casa atravessada pela insegurança

Ao refletir sobre as mobilizações dos moradores das favelas do Rio de Janeiro, a partir do século XX, para lutar pela permanência em suas moradias, Gonçalves (2021) comenta sobre a estratégia da política utilizada de “congelamento urbano” para manter o aspecto precário e provisório das construções.

No entanto, a melhoria das casas através da gradual autoconstrução foi historicamente comprometida por uma política deliberada de "congelamento urbano" (GONÇALVES, 2012), que consistia em proibir a melhoria das casas para manter justamente o aspecto precário e provisório das construções, de forma que se pudesse erradicá-las a qualquer momento. Isso se manifestou, inclusive, com a proibição expressa de construção de casas em alvenaria (GONÇALVES, 2013). Só nos anos 80, quando finalmente se consolidaram as políticas de urbanização das favelas, é que construções mais sólidas se generalizaram, estimulados pela garantia que seus moradores não seriam mais despejados. (GONÇALVES, 2021, p. 275)

Tal estratégia política deliberada não diz respeito apenas ao contexto das favelas no Rio de Janeiro, mas sim, a uma estratégia adotada em qualquer espaço onde o objetivo é manter o aspecto precário e evitar a consolidação desses espaços.

A precariedade emerge em uma condição de vulnerabilidade, produzida no cerne de uma conjuntura política. Nesse sentido, Butler (2018) compreende que é um ato político tornar precária a vida de certas populações, estabelecendo narrativas que consideram quais vidas são passíveis de “luto” e quais não são. Para Butler,

se somente uma vida passível de luto pode ser valorizada, e valorizada ao longo do tempo, então apenas uma vida passível de luto vai ser candidata ao apoio social e econômico, à habitação, à assistência médica, ao

emprego, ao direito de se expressar politicamente, às formas de reconhecimento social e às condições para a atuação política. (BUTLER, 2018, p.218)

É importante compreender também que a construção da precariedade é condicionada a uma relação, a uma diferenciação entre “nós e eles”, em suma, submete a uma parcela da população viver sob condições precárias de vida e outra não. A precariedade corresponde ao grau de exposição do sujeito a contextos que se opõe a sua garantia de sobrevivência. Assim, Butler reflete sobre a potencialidade da situação de precariedade quando uma pessoa não possui uma rede de apoio. Segundo a autora,

a precariedade só faz sentido quando somos capazes de identificar a dependência e a necessidade corporal; a fome e a necessidade de abrigo; a vulnerabilidade às agressões e à destruição; as formas de confiança social que nos permitem viver e prosperar; e as paixões ligadas à nossa persistência como questões claramente políticas. [...] a nossa precariedade depende em grande medida da organização das relações econômicas e sociais, da presença ou ausência de infraestruturas e de instituições sociais e políticas de apoio (BUTLER, 2018, p.80).

De acordo com a Butler (2018), é possível afirmar que a lógica de produção da precariedade pode ser observada de acordo com os relatos no Jardim Conquista de forma induzida, onde segundo meus interlocutores, houve uma orientação institucional de “congelamento urbano” utilizada com o intuito de evitar a consolidação da ocupação. Alguns moradores adotaram essa estratégia, mas com objetivo diferente, de evitar a perda de bens materiais.

Minha interlocutora, Andreia, comenta que a insegurança de posse em relação a uma possível reintegração, interferiu na construção da própria casa e nas escolhas dos materiais, que até hoje segue de madeira, embora o sonho dela fosse construir uma casa de alvenaria.

Eu vi que o povo todo levantou casa de dois pisos, tem casarão. (...) Mas agora tu tá me fazendo pensar nisso. Porque eu não construí aqui? Porque eu tenho receio que nos tirem e a gente perca tudo. (...) É que na verdade essa casa era para ser de material. Mas como a gente nunca soube se iam tirar ou não. Se fosse de material como que nós iríamos tirar? (...) O objetivo meu no passado era construir uma casa de material. E desde lá, também foi construída de madeira. (Andreia. Setembro de 2021)

Ela comenta, inclusive, que em conversa com o esposo, anos antes de construir a casa que ela tem hoje, já decidiram melhorar a moradia “sem colocar nada de valor”, para evitar perder caso houvesse despejo em algum momento.

A gente vai sempre morar numa taperinha assim? Aí eu disse não, aqui eu vou construir sim. “Mas daí a gente vai construir de madeira, não vamos colocar nada de valor”. Essa foi a nossa conversa. Se um dia tiram, tem como a gente desmontar as paredes inteiras e levar. Não sei pra onde a gente ia levar, mas iríamos levar. (Andreia. Setembro de 2021)

Adriana comenta que o Poder Público orientou a não construção de casas de alvenaria, segundo ela,

No início eles sempre disseram pra nós não construir casas de materiais, coisas assim, grandes né? Porque se tivesse que sair daqui a gente ia perder tudo. Não era certo que eles iam dar um local pra nós morar. Assim como poderia vir uma patrão e derrubar tudo. Eles sempre disseram pra nós. (Adriana. Setembro de 2021)

### 3.3 Possibilidade de despejo e o desejo da posse

Questionei meus interlocutores sobre o conhecimento deles acerca do processo de reintegração de posse, quis compreender até que ponto a existência desse processo se constitui como uma ameaça real de despejo para eles. Meu pai, ciente do objeto que justifica a reintegração de posse, me relata o medo de perder tudo, pois já viu isso acontecer anos atrás com antigos moradores do bairro vizinho.

Eu sei que tá pra sair, há muito tempo, tem um projeto de uma construção de um ERS-010 aqui, mas até hoje a gente não sabe até onde essa estrada vai atingir o pessoal que mora aqui. E se é que vai sair do papel também. E por isso eu penso, se uma hora sair esse projeto aqui, eu acredito que vai sobrar muita gente aqui. (...) Quem mora alguns metros longe do asfalto da Rua 4. (...) Eu acredito que eu ficaria aqui, mas ainda tenho dúvidas. (...) O medo que eu tenho desse processo, é que se a gente sair daqui, pode ser que a prefeitura consiga algo pra gente, mas a minha pergunta é “aonde?”. Até pouco tempo antes de eu vir pra cá, teve uma reintegração de posse na Vila da Paz, sofreram aquilo ali e não ganharam nada. Saíram com uma mão atrás e outra na frente. Esse é o risco que a gente pode correr. (Josenir. Outubro de 2021)

Para o meu pai, a possibilidade de despejo está associada a sair ou não a construção da ERS-010 e comenta, inclusive, que os moradores mais afetados serão os que residem na Rua 4.

Se sair essa obra dessa ERS eu acredito em despejo, acho que muita gente vai ter que abrir mão. Principalmente o pessoal da Rua 4, uns 70%. Mas daí tem que ver onde que essa RS-010 vai passar. Essa avenida não vai passar perto das torres de alta tensão, mas se ela passar para o lado de cá, daí vai pegar muita gente. (Josenir. Outubro de 2021)

Andréia, moradora da Rua 4, me conta que a possibilidade da construção da ERS-010 fez com que ela e o marido optassem por construir a casa nos fundos do terreno, pois sempre foi dito pelas autoridades do município e pelo boca-boca dos vizinhos que os moradores mais afetados seriam aqueles mais próximos ao antigo desenho da rodovia.<sup>18</sup>

Eu sei por cima do falar. Das pessoas falarem que podem tirar ou diminuir ruas e que as pessoas podem ser tiradas. É isso mais ou menos o que eu sei. Isso faz bastante tempo (...). Eu sei que no passado queriam fazer uma via para diminuir a questão do tráfico na Flores da Cunha. (...) E como disseram que iam diminuir as ruas, foi por isso que essa casa foi construída aqui atrás. (...) Um fala pra outro, um vizinho fala para o outro. Aí quando eu chego do serviço ele diz “ah, a vizinha comentou que vão tirar ou vão fazer uma medição lá na rua”, mas isso acontecia mais antes. Agora não. (Andreia. Setembro de 2021)

Ela comenta, inclusive, que nos últimos anos o assunto da reintegração cessou tanto que fez com que os vizinhos não se preocupassem mais com isso. “Eu acho que isso cessou tanto, silenciou tanto que eu acho que muitos vizinhos não pensam nisso” (ANDREIA, 2021).

Meus interlocutores também comentam sobre o desejo de um documento que assegure a posse.

Isso é tudo o que eu queria. Eu sei que um documento, um nome, isso de ser teu. Tu ter posse de qualquer coisa que seja tua e esteja no teu nome, isso te garante, né? É muito diferente. (...) Aqui não tem. (Andreia. setembro de 2021)

---

<sup>18</sup> No primeiro traçado da ERS-010, a rodovia passaria por cima da Rua 4 e isso é de conhecimento de vários moradores. Ver mais em: [http://www.seguinte.inf.br/mobile/noticias/tudao/6947\\_RS-010\\_-a-rodovia-da-eterna-promessa-que-pas-sa-por-Cachoeirinha](http://www.seguinte.inf.br/mobile/noticias/tudao/6947_RS-010_-a-rodovia-da-eterna-promessa-que-pas-sa-por-Cachoeirinha)

Meu pai expressa o desejo da regularização e de pagar IPTU, tanto para valorizar o terreno como para possuir um documento que comprove a propriedade.

Só o fato de tu pagar IPTU já é uma grande coisa, porque terreno valoriza muito. Numa área irregular tu nunca tem terreno, pode morar 30 anos, mas o terreno não é teu. O pessoal da prefeitura, os políticos, precisam negociar com o governo do Estado. Dizer “olha, eu tenho tantas pessoas lá e eu não tenho onde colocar essa gente, vamos negociar”. Eu também acho que a prefeitura está perdendo dinheiro aqui. (Josenir. outubro de 2021)

Adriana, diz que gostaria da regularização do terreno, que para isso “o povo precisa se unir”. Além disso, também manifesta o desejo porque se preocupa com a herança para deixar para os filhos.

O povo precisa se unir, junto com nós, se abraçar e seguir em frente. (...) Aqui se tu parar para analisar, a gente é uma família, né? Aqui é um bairro mas é todo mundo junto. Assim como eu gostaria de continuar, eu gostaria que todas as pessoas continuassem. A gente tem que fazer as coisas certas, né? Eu gostaria de ter aqui papéis dizendo que é meu, que é nosso. Aqui hoje é nosso, amanhã depois quando regularizar a gente pretende pagar. Uma hora dessas a gente vai partir e a gente vai deixar para os nossos filhos. Então tendo as coisas tudo direitinho, regular, é bom e faz falta. (...) Creio eu que para todo mundo. (Adriana. Setembro de 2021)

### 3.4 “Isso só aparece em época de política”

Questionando meus interlocutores sobre o processo de reintegração de posse, todos comentaram com uma certa despreocupação o fato de que “isso só aparece em época de política”. Coincidência ou não com períodos pré-eleitorais, essa parece ser uma percepção geral dos meus entrevistados.

Para o Ceceu, morador do Beco do Sesi, depois da “época da política”, fica tudo por debaixo dos panos.

Mas tu já notou uma coisa que isso só aparece em época de política? [ameaça de despejo]. Só na época de política, depois ninguém fala nada. Fica tudo por baixo dos panos. Entra um, entra outro, querem fazer reunião disso e fazer isso e aquilo. (...) Um tempo atrás a gente foi até na Câmara de Vereadores, foi um turmão daqui. (...) Mas só na época de política. (...) Mas porque o pessoal ia sair daqui se não tem outro lugar para ser ocupado, não tem outro lugar. (Ceceu. Outubro de 2021)

Adriana também tem a sensação de que o assunto da reintegração só vem em época de eleição. Comenta, inclusive, o sentimento de que eram “torturados” pelos políticos que pautavam esse assunto.

(...) Mas isso só surge quando tem política. Chegou época de eleição, meu Deus. Só surge esses negócios aí, de quem vai sair daqui, quem está correndo risco. É só esses assuntos. Mas eles abafaram o caso. (...) Chegava a época de eleição e todo mundo ficava com medo, eles te torturavam sobre a gente sair daqui. Daqui um pouco abafava o caso e ninguém falava mais nada. Aí foi quando surgiu tu, né? E tu de ver esses processos, essa *coisarada* toda, aí tu começou a conversar com nós e explicar que não era assim, que não era como estavam dizendo pra nós. Aí foi quando tu começou a fazer reunião e explicar pra nós e o povo foi se acalmando. (...) Depois daquilo ali, se tu parar para analisar, tá bem calmo, né? A gente vivia a base de medo, tortura. (Adriana. Setembro de 2021)

Para o meu pai, essa avaliação geral de que a ameaça só se dá em razão dos períodos de campanha política, faz com que os moradores percam o medo do processo de reintegração.

Uns quatro ou cinco anos atrás eu achei que eu ia sair daqui. Esse assunto veio muito à tona na vila. Mas eu notei que isso só vinha aqui perto de campanha política. E daí eu comecei a perder esse medo, porque só vinha à tona em época de política, depois parava o ano todo, parece que sumiu. E aí a gente vai acabando, no decorrer do tempo, perdendo o medo no automático. (Josenir. Outubro de 2021)

O “tempo da política” não aparece só nas minhas entrevistas no que se refere às discussões sobre o processo de reintegração, sobre a possibilidade de despejo ou não. Andreia, comenta, inclusive, que é no período de eleições que há mudanças de infraestrutura urbana na vila.

Mudanças aqui é só nas eleições. O Juremir pegou essa parte toda aqui da vila. Aí quando ele pegou, ele botou aterro, tinha máquinas. Sempre tem um vereador, alguém que tá pra se candidatar que cuida da rua naquele momento, agora tá tudo abandonado de novo. Quando surge a época de eleição tu pode vir, tem mudança na rua. Há promessas de colocar luz boa. É uma forma de ganhar. As promessas já estão há um tempo vindo, umas três ou quatro eleições. Tem aquelas conversas nas casas dos vizinhos que eles prometem que vão mudar a rua, fazem um galetinho, aí as pessoas votam. E eles estão lá dentro, da câmara de vereadores, da prefeitura. Eles vêm, fazem a promessa e fazem na hora. (Andreia. Setembro de 2021)

Raquel Rolnik, ao refletir sobre o papel do Estado na consolidação dos loteamentos informais, coloca que a provisão de serviços e equipamentos funcionam, nesses momentos, como uma moeda político-eleitoral. E nesse sentido, durante esses períodos, as impossibilidades legais/administrativas são “desbloqueadas”.

Para além da presença como proprietário e promotor de bairros populares informais – processo com claras implicações políticas –, o Estado tem sido onipresente como principal mediador dos processos de consolidação dos assentamentos. Em contextos democráticos, em que os partidos políticos disputam o voto nesses territórios, o “desbloqueio” das impossibilidades legais/administrativas existentes para reconhecer a existência do assentamento e permitir a provisão de serviços e equipamentos transforma-se em potente moeda político-eleitoral. Esse mecanismo tem sido fundamental para manter a desigualdade e o controle da cidade pelas elites, ao mesmo tempo que reproduz mandatos políticos, constituindo vastas bases eleitorais para os partidos. (ROLNIK, 2019. p. 173)

Segundo a autora, a condição de informalidade e/ou ilegalidade desses loteamentos informais, como é o caso do Jardim Conquista, geram impasses em órgãos burocráticos quanto à possibilidade de sua consolidação. Porém, no “tempo da política” há uma flexibilidade para que as demandas populares relacionadas à moradia, transporte, saúde e saneamento sejam, em partes, atendidas de forma seletiva e intermediada (ROLNIK, 2019). E dessa forma, esses territórios populares tornam-se potentes dispositivos eleitorais.

À esquerda ou à direita no espectro político-partidário, os partidos e políticos precisam competir pelo voto popular e, assim, de alguma maneira, relacionar-se com a demanda por inserção na cidade reivindicada tanto pela população organizada em movimentos como por aquela mais ampla e desorganizada. Foi dessa forma que os investimentos em urbanidade, assim como a tolerância, autorização ou mesmo promoção de assentamentos precários, converteram-se em um potente dispositivo eleitoral com grandes possibilidades de retorno político para seus promotores, seja sob a forma do voto popular, seja pelo acesso aos meios para o financiamento de campanhas. O território popular é, assim, permanentemente investido pelo mundo da política, que ali espera receber o prêmio por parte daqueles que, por seu intermédio, foram seletivamente beneficiados com recursos públicos. (ROLNIK, 2019. p. 174)

Tal situação, também foi discutida na obra "Situações periféricas: etnografia comparada de pobreza urbanas" (2008), de Ronaldo de Almeida, Tiarajú D'Andrea e Daniel De Lucca.

Assim, as prioridades das ações estatais dependem em parte do cálculo político sobre a possibilidade de um local ser convertido minimamente em base eleitoral. Em maior ou menor intensidade, a quase totalidade das ações de um governo em qualquer parte do município levará em conta o rendimento eleitoral, e isto é mais característico dos lugares mais pobres, que são submetidos mais às políticas de governos do que à rotina da máquina estatal, cujo resultado é uma trajetória de instabilidade. (ALMEIDA; ANDREA; LUCCA, 2008, p. 126)

Assim, a percepção dos meus interlocutores de que “só há mudanças em época de eleições” é reafirmada por esses autores. Segundo eles, quase todos os investimentos do Poder Público em regiões pobres são realizados de acordo com o cálculo político que prevê a possibilidade de reverter a ação em base eleitoral.

## CONSIDERAÇÕES

Construir este trabalho de conclusão de curso ainda em meio a uma pandemia - da qual me afastou da Universidade -, trabalhando diariamente e em meio a um tratamento contra a ansiedade não foi uma tarefa fácil. Mas nem por isso deixou de ser uma tarefa desafiadora e às vezes prazerosa. Falar da ocupação onde eu cresci, procurando articular com os conhecimentos produzidos durante a universidade, também produziram um esforço constante para conseguir me enxergar como “pesquisadora nativa”, entendendo os limites desse espaço.

Neste trabalho, no qual procurei compreender como os moradores da ocupação Jardim Conquista, que habitam sob processo de reintegração de posse vivem em meio às incertezas e precariedade, me colocou em constante desafio de refletir sobre concepções que eu mesma como moradora acabei criando.

Embora haja uma noção de “ausência de Estado” compartilhada por todos os meus interlocutores, foi importante compreender que a racionalidade governamental que gera a cidade e que se caracteriza por uma lógica de distribuição desigual de bens e serviços, trabalhada aqui sob o conceito de urbanização diferida (Thomas, 2018) é o que leva a uma postergação contínua das obras de infraestrutura urbana no Jardim Conquista.

Essa urbanização diferida, que gera uma fragmentação do território, faz com que em certas regiões haja maior oferta de infraestrutura urbana e acesso a serviços básicos como água, energia e saneamento, além de moradias consolidadas e ausência de conflito de posse, enquanto em outras partes, há menor distribuição de bens e serviços, além da permanência constante de uma ameaça de reintegração de posse.

Acontece, contudo, que essa distribuição desigual, não se trata de uma ausência do Estado, mas de uma estratégia política deliberada para manter a precariedade da região. Até porque, não se pode falar de uma “ausência” do Estado quando ele se faz presente de diversas formas, não só ofertando algum que outro bem e serviço urbano, mas no envolvimento no processo judicial, nas constantes presenças nos “tempos da política” ou na própria consolidação da ocupação.

Dessa forma, a produção da informalidade - que num primeiro momento pode ser entendida como “ausência do Estado” - faz parte da produção do próprio Estado, que muitas vezes produz, desenvolve e consolida essas áreas. Além disso, a informalidade (GONÇALVES, 2021) existente no Jardim Conquista, tornou-se uma forma da população acessar a cidade.

Foi importante notar, também, que essas diferenças territoriais produzidas pela urbanização diferida, moldam a própria percepção dos moradores em relação às diferentes partes do bairro, às suas moradias e também no sentimento de segurança ou insegurança em relação ao processo de reintegração de posse.

Tornou-se evidente, ao conversar com os meus interlocutores, o papel da “época de política” na ocupação. O processo de reintegração de posse, para eles, é mobilizado apenas em período pré-eleitoral, tal fato faz com que ao longo do tempo os moradores percam o receio do processo. É também na “época de política”, segundo meus interlocutores, que há mudanças de infraestrutura urbana na vila. Assim, o Jardim Conquista torna-se, nesses períodos, um importante dispositivo eleitoral (ROLNIK, 2019).

Não é à toa, portanto, a precariedade (BUTLER, 2018) induzida nesses espaços, que submete aos moradores do Jardim Conquista viver sob condições precárias de vida e em meio à incertezas e inseguranças de posse.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. de; D'ANDREA, T.; DE LUCCA, D. Situações periféricas: etnografia comparada de pobreza urbanas. **Revista Novos Estudos Cebrap**, v. 82, nov de 2009, p. 109 - 130.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa da assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

\_\_\_\_\_. **Quadros de Guerra**: quando a vida é passível de luto? 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

GONÇALVES, Rafael S.; BAUTÈS, Nicolas; MANEIRO, Maria. A Informalidade Urbana em Questão. **O Social em Questão**, ano XXI, nº 42, set a dez de 2018, p. 9 - 26.

GONÇALVES, Rafael S. Aspectos materiais da informalidade como recurso urbano: o caso das favelas do Rio de Janeiro. **Caderno de Geografia**, v.31, n.64, 2021, p. 270 - 289.

CORTADO, Thomas Jacques. À beira da cidade: política e poética da urbanização no Jardim Maravilha, "loteamento proletário" da Zona Oeste carioca. 2018. 621 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2018.

LOBOSCO, Talles. Direito alternativo: a juridicidade nas favelas. **Caderno de Geografia**, v.31, n.64, 2021, p.270 - 289, 2014.

TELLES, Vera S. **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal**. Belo Horizonte: Argvmentvun Editora, 2010.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2019.

ROSA, Thais Troncon. **Cidades outras**: pobreza, moradia e mediações em trajetórias urbanas liminares. 2014. 391 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Carlos, 2014.